



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

URFBio Metropolitana - Núcleo de Regularização e Controle Ambiental

Parecer Técnico IEF/URFBIO METRO - NUREG nº. 147/2020

Belo Horizonte, 18 de novembro de 2020.

ANEXO III DO PARECER ÚNICO			
<b>1. IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO</b>			
<b>Tipo de Requerimento do Intervenção Ambiental</b>	<b>Número do Processo</b>	<b>Data Formalização</b>	<b>Unidade do SISEMA responsável pelo processo</b>
Dispens. de Licenciamento Ambiental / Supressão de Vegetação	09010000464/18	19/07/2018	URFBioMetropolitana/NUREG
<b>2. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO</b>			
<b>2.1 Nome: Andréia Alves de Oliveira Meireles</b>		<b>2.2 CPF/CNPJ: 878.116.696-68</b>	
<b>2.3 Endereço: Rua: Esmeralda nº 413/502</b>		<b>2.4 Bairro: Prado</b>	
<b>2.5 Município: Belo Horizonte</b>		<b>2.6 UF: MG</b>	<b>2.7: CEP: 30411-137</b>
<b>2.8 Telefone: (31) 3372-2643 ; (31)98304-7677</b>		<b>2.9: E-Mail: andreiaaom@hotmail.com</b>	
<b>3. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL</b>			
<b>3.1 Nome: O MESMO</b>		<b>3.2 CPF/CNPJ:</b>	
<b>3.3 Endereço:</b>		<b>3.4 Bairro:</b>	
<b>3.5 Município:</b>		<b>3.6 UF:</b>	<b>3.7: CEP:</b>
<b>3.8 Telefone:</b>		<b>3.9: E-Mail:</b>	
<b>4. IDENTIFICAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DO IMÓVEL</b>			
<b>4.1 Denominação: Condomínio Retiro do Chalé - Lote 15 - Quadra 17 - Alameda das Braúnas</b>			<b>4.2 Área Total (ha): 0,16069</b>
<b>4.3 Município/Distrito: Brumadinho</b>			<b>4.4 INCRA (CCIR):</b>
<b>4.5 Matrícula: 4535</b>	<b>Livro: 2</b>	<b>Folha 01</b>	<b>Comarca: Brumadinho</b>
<b>4.6 Coordenada Plana (UTM)</b>		<b>X (6) 605530</b>	<b>Datum: SIRGAS 2000</b>
		<b>Y (7) 7766663</b>	<b>Fuso: 23K</b>
<b>5. CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL DO IMÓVEL</b>			
<b>5.1 Bacia Hidrográfica: São Francisco</b>			
<b>5.2 Unidades de Conservação: APA Sul (Uso Sustentável)</b>			
<b>5.3 Ocorrência de Espécies Flora/Fauna ( ) Raras ( ) Endêmicas ( ) Ameaçadas ( )</b>			
<b>5.4 Zona de Amortecimento de Unidades de Conservação: Mona Mãe D'Água</b>			
<b>5.5 Conforme Inventário da Flora Nativa do Estado, 30,54% do município onde o imóvel está inserido apresenta-se recoberto por vegetação nativa</b>			
<b>5.6 Vulnerabilidade Natural: Alta</b>			
<b>5.7 Prioridade para Conservação da Biodiversitas: Especial</b>			
<b>5.8 Bioma: Mata Atlântica</b>		<b>Área (ha): 0,16069</b>	
<b>5.9 APP com cobertura Nativa</b>		<b>Área (ha): 0,05921</b>	
<b>5.10 APP com uso consolidado</b>		<b>Área (ha): 0,0</b>	
<b>6. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA E PASSÍVEL DE APROVAÇÃO</b>			
<b>Tipo de Intervenção REQUERIDA</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Unidade</b>	
<b>Supressão da Cobertura Vegetal Nativa COM Destoca</b>	<b>0,0800</b>	<b>ha</b>	
<b>Tipo de Intervenção PASSÍVEL DE APROVAÇÃO</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Unidade</b>	
<b>Supressão da Cobertura Vegetal Nativa COM Destoca</b>	<b>0,03001</b>	<b>ha</b>	
<b>7. COBERTURA VEGETAL NATIVA PASSÍVEL DE APROVAÇÃO</b>			
<b>7.1 Bioma/Transição entre biomas</b>			<b>Área (ha)</b>
<b>Mata Atlântica</b>			<b>0,03001</b>
<b>7.2 Fisionomia/Transição entre fisionomias</b>			<b>Área (ha)</b>

**8. COORDENADA PLANA DA ÁREA PASSÍVEL DE APROVAÇÃO**

8.1 Tipo de Intervenção	Datum	Fuso	X (6)	Y (7)
Supressão da Cobertura Vegetal Nativa COM Destoca	SIRGAS 2000	23K	605530	7766663

**9. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA**

9.1 Uso Proposto	Especificação	Área (ha)
Outros	Construção residencial unifamiliar	0,03001

**10. DO PRODUTO OU SUBPRODUTO FLORESTAL / VEGETAL PASSÍVEL DE APROVAÇÃO**

10.1 Produto/Subproduto	Especificação	Qtde	Unidade
LENHA NATIVA		5,752	m <sup>3</sup>

**PARECER TÉCNICO, MEDIDAS MITIGADORAS E COMPENSATÓRIAS FLORESTAIS****1. HISTÓRICO:**

- Data da formalização: 19/07/2018
- Data da vistoria: 19/07/2020
- Data do pedido de informações complementares: 20/06/2020; 17/07/2020; 03/09/2020
- Data da entrega das informações complementares: 02/07/2020; 27/08/2020; 10/09/2020
- Data da emissão do parecer técnico: 03/09/2020

**2. OBJETIVO:**

É objeto deste parecer analisar a solicitação para supressão de cobertura vegetal nativa com destoca em 0,08 ha (800,00 m<sup>2</sup>), no Lote nº 15 da Quadra nº 17, situado à Alameda das Braúnas no Bairro/Condomínio Retiro do Chalé, zona urbana do município de Brumadinho/MG. É pretendida com a intervenção a supressão de cobertura vegetal nativa com destoca, para uso alternativo do solo a edificação de uma residência unifamiliar.

**3. CARACTERIZAÇÃO DA PROPRIEDADE:****3.1. Imóvel Urbano – Lote**

A Propriedade possui registro matricula nº 4535, Livro nº 2, folha 01, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Brumadinho/MG, datada de 13 de setembro de 1982, referente ao lote 15 da quadra 17 e possui área total de 0,1600 há (1600,00 m<sup>2</sup>) conforme registro e 0,16069 ha (1606,90 m<sup>2</sup>) conforme levantamento elaborado pelo Engenheiro Agrimensor Cláudio M. Alvarenga Capato, situada à Alameda das Braúnas, no Bairro/Condomínio Retiro do Chalé, zona urbana do município de Brumadinho/MG.

Está inserida no Bioma Mata Atlântica. A vegetação natural é classificada como Floresta Estacional Semidecidual Montana Secundária no ESTÁGIO MÉDIO/inicial de regeneração natural, com árvores nativas de pequeno e médio porte, sub-bosque em recuperação, com presença de serrapilheira fina e espécies como: angico, pau jacaré, mamica de porca, açoita cavalo, goiaba brava, camboatá, dentre outras.(conforme Inventário Florestal/Censo apresentado). Foi constatada a presença de curso d'água limitando os fundos do lote em questão.

De acordo com os estudos apresentados em relação à fauna, foi gerada lista da avifauna baseada na consulta dos trabalhos realizados na região do Quadrilátero Ferrífero, apresentou 317 espécies distribuídas em 60 famílias. A mais representada foi *Tyrannidae* com 43 (13,5%) espécies, seguida por *Thraupidae* com 21 (6,6%) representantes e Trochilidae com 20 (6,3%). As espécies foram categorizadas de acordo com o tipo de ambiente que preferencialmente habitam. Desta forma, as aves florestais e as generalistas foram as mais representadas, com 123 (38,8%) e 118 (37,2%) espécies, respectivamente. As espécies florestais obtiveram maiores numero de registros, provavelmente em virtude de trabalhos pesquisados terem sido realizados em Unidades de Conservação que ainda apresentam fragmentos de mata preservados. Não foram relacionadas espécies da fauna ameaçadas de extinção.

O solo de ocorrência na área do lote é classificado por latossolo. A topografia na área da propriedade se apresenta plana a ondulada, com declividade variando de de 15% a 35% ( 8,5° a 19°), em declive para os fundos do lote em direção ao curso d'água que limita o terreno.

Não foi encontrado sítio espeleológico ou paleontológico ou ainda cavidades naturais no solo, tais como grutas ou cavernas.

**3.2. Área de Preservação Permanente**

O referido lote possui área considerada APP (Área de Preservação Permanente) localizada às margens de curso d'água, que limita os fundos do terreno. A APP se encontra preservada e não será intervinda (0,05921 ha), portanto não possuindo restrição de uso em demais diplomas legais na área requerida. A área pertence à sub-bacia do Rio Paraopeba, afluente da Bacia do Rio São Francisco.

### 3.3. **Cadastro Ambiental Rural:**

A propriedade encontra-se em área urbana, sendo assim dispensada da apresentação do recibo de inscrição no Cadastro Ambiental Rural – CAR ou a comprovação da averbação da área de Reserva Legal da propriedade.

### 4. **ÁREA DE INTERVENÇÃO AMBIENTAL:**

A área requerida conforme requerimento para intervenção ambiental é de em 0,0800 ha (800,00 m<sup>2</sup>) visando a construção de residência unifamiliar.

Considerando a exigência de compensação pela supressão de vegetação nativa caracterizada como Floresta Estacional Semidecidual secundária em Estágio Médio/inicial de regeneração natural na proporção de 2:1 em relação a área de intervenção, a área passível de autorização é equivalente a 0,03301 ha (330,10 m<sup>2</sup>) de Floresta Estacional Semidecidual secundária em Estágio Médio de regeneração natural.

Segundo censo florestal não foi constatado a presença de espécies vulneráveis ou em perigo de extinção, conforme Portaria MMA nº 443/14 "Lista Nacional Oficial de Espécies da Flora Ameaçadas de Extinção".

Na área de supressão passível de autorização, de acordo com o censo florestal, o rendimento lenhoso previsto é de 5,752 m<sup>3</sup> de lenha nativa. O produto/ sub-produto vegetal oriundo da supressão será utilizado na propriedade.

#### 4.1. **Das eventuais restrições ambientais:**

Segundo a plataforma IDE SISEMA, as principais características da propriedade em questão são:

- Bioma: Mata Atlântica;
- Fitofisionomia: Floresta Estacional Semidecidual Montana;
- Vulnerabilidade Natural: Alta;
- Integridade da Fauna: Muito Alta;
- Integridade da Flora: Baixa;
- Prioridade de Conservação da Flora: Alta;
- Prioridade para Conservação da Biodiversidade/Biodiversitas: Especial;
- Erodibilidade do Solo: Muito Alta;
- Risco Potencial de Erosão: Muito Alta;
- Unidade de Conservação: inserido na APA Sul (Uso Sustentável), A aproximadamente 570 metros da Mona Mãe D'Água

A análise **ZEE BRANDT** - proposta metodológica para o zoneamento ecológico-econômico e o planejamento ambiental de municípios integrantes da APA Sul RMBH, caracteriza o local como Zona: CR3

Tema: 7 - Núcleo Urbanos e habitações em contexto Rural

Sub tema: 7.2 - Áreas de expansão urbana (\*)

Biótopo: 7.2.2.1 – Condomínios ou loteamentos grandemente ocupados, antigos, mais áreas de influência (\*)

Descrição da unidade (\*)-Biótopo relativo a núcleos urbanos e habitações em contexto rural, condomínios ou loteamentos, com uso predominantemente residencial grandemente ocupados, antigos, mais área de influência.

Representam continuação do meio urbano adjacente.

Vocação e potencialidades (\*\*)-Esta área tem como principal potencialidade a elevação da qualidade de vida humana referente a moradia.

Atributos de fragilidade aspectos ambientais relacionados (\*\*)-Possui possibilidades de aumento da taxa de impermeabilização e ocupação do solo, através de desmembramentos ou construção e Implantação de novos usos com alterações das características da área. É um potencial poluidor (principalmente água, devido a disposição indevida de resíduos sólidos e esgoto) e apresenta um potencial de desenvolvimento de erosões, ravinamentos ou movimentos de massa, com conseqüente assoreamento de cursos d'água.

Propostas sugeridas (\*\*)-É necessário que se faça a estruturação de sistema de drenagem adequado; sistema de coleta de lixo eficiente; implantação de instrumentos para os saneamento básico (rede coletora de esgotos); melhoria dos acessos e de infra estrutura geral; incentivo ao plantio de espécies nativas de flora e manutenção das características ambientais primitivas; contenção de encostas e processos erosivos; preservação de áreas verdes e criação de zonas de amortecimento; incentivar o plantio de espécies nativas de flora; estabelecer uma organização política dentro destes condomínios que contemple todas as ações a serem encorajadas citadas acima;

Em se tratando do Art. 11 da Lei 11.428/2006, conforme os dados do levantamento da área do empreendimento, esta não abriga espécies da flora ameaçadas de extinção (Portaria MMA 443/2014). Não exerce função essencial de proteção de manancial ou de prevenção e controle de erosões. Por tratar-se de área de expansão urbana e considerando a dimensão da área de intervenção, não há impacto significativo sobre corredores ecológicos, habitats naturais da fauna ou coloca em risco a sobrevivência de espécies

ameaçadas. Embora esteja localizada no entorno de Unidade de Conservação de Proteção Integral (Mona Mãe D'Água, criada por Decreto Municipal 87/12 e expandida pelo Decreto 56/13), a área urbana (Bairro/Condomínio Retiro do Chalé, aprovado em 1980) foi definida anteriormente à definição da zona de amortecimento desta UC. Não está localizado em área de excepcional valor paisagístico, assim declarada pelo poder público.

Considerando os estudos apresentados, a dimensão da área passível de aprovação, assim como o fato de estar localizada no perímetro urbano, a adoção das medidas mitigadoras e compensatórias propostas foram consideradas suficientes para assegurar que a intervenção pleiteada não coloca em risco a sobrevivência de espécies da flora e da fauna ameaçadas de extinção.

#### 4.2. **Características socioeconômicas e licenciamento do imóvel:**

A atividade desenvolvida, construção de residência unifamiliar não se enquadra em nenhuma das classes ou não relacionados na Listagem de Atividades do Anexo Único da DN Copam 217/17.

- Atividades desenvolvidas: Construção de residência unifamiliar

- Classe do empreendimento: *Não se aplica*

- Critério locacional: *Não se aplica*

- Modalidade de licenciamento: ( X ) *Não – Passível* / ( ) *LAS Cadastro* / ( ) *LAS/RAS* / ( ) *LAC ou LAT no caso de intervenções após licenciamento SEMAD* / ( ) *Municipal*

- Número do documento: *Não se aplica*

#### 4.3. **Vistoria realizada:**

A vistoria técnica foi realizada no dia 19/07/2020.

A vegetação nativa ocupa a totalidade da área do imóvel.

#### 4.4. **Alternativa Técnica locacional:**

Considerando a necessidade de supressão de Mata Atlântica em estágio médio, considerando os estudos apresentados, as características do projeto e ainda a vistoria técnica realizada no local, ficou comprovada a ausência de alternativas locais à implantação do empreendimento proposto.

#### 4.5. **Possíveis Impactos Ambientais e Medidas Mitigadoras:**

Os impactos ambientais gerados ou possíveis de ocorrer durante a intervenção abrangem a área e seu entorno, e afetam direta ou indiretamente o meio ambiente, sendo estes:

**Impactos:** perda e fragmentação de habitat (Floresta Estacional Semidecidual em médio de regeneração); redução da biodiversidade; exposição do solo, facilitando processos erosivos; poluição sonora pelo uso de máquinas; perturbação, afugentamento, atropelamento e captura da fauna, com a diminuição de área de abrigo, de nidificação e de deslocamento, além da diminuição da disponibilidade de alimento; alteração da paisagem; aumento da pressão antrópica sobre biótopos.

**Medidas mitigadoras:** contratar profissional competente e habilitado para execução dos serviços a fim de evitar e coibir intervenções em áreas além das autorizadas; realizar a supressão fora do período chuvoso e não fazer uso de fogo; preservar as áreas remanescentes (não realizar a limpeza do sub-bosque e não gramar); proteção das áreas de preservação existentes na propriedade e seu entorno, caso ocorram; durante o processo de supressão florestal e ou a conclusão da obra, adotar medidas de controle dos efluentes líquidos, através de adoção de banheiros químicos, se for necessário; conciliar a execução da supressão da vegetação com a efetiva implantação do empreendimento, diminuindo o tempo de exposição do solo, utilizar técnicas e metodologias de afugentamento e proteção da fauna silvestre, desenvolver as atividades de supressão tomando todas as medidas cabíveis para proteção de ninhos caso existam e adotar técnicas e medidas de proteção do solo e controle de drenagem para evitar possível carreamento de sólidos e a facilitação de processos erosivos.; Uso de piso intertravados nos acessos externos; Replanteio de espécies locais em áreas menos adensadas ou degradadas; Uso de cercas vivas ou ecológicas, evitando-se as telas; Evitar o plantio de árvores exóticas;

Tomadas as devidas medidas de controle, não deverão ocorrer impactos ambientais significativos no local, considerando a vegetação, solo e fauna, os itens mais vulneráveis às ações antrópicas para este caso.

#### 5. **ANÁLISE TÉCNICA / CONCLUSÃO:**

Após análise técnica e considerando a legislação vigente, somos PARCIALMENTE FAVORÁVEIS, a intervenção requerida, sendo passível de aprovação a área de 0,03301 ha (330,10 m<sup>2</sup>), de Floresta Estacional Semidecidual secundária em Estágio Médio/inicial de regeneração natural, e aproveitamento do material lenhoso proveniente desta intervenção, sendo 5,752 m<sup>3</sup> de lenha nativa a ser utilizado na propriedade.

Este parecer técnico apenas sugere a possibilidade de concessão do DAIA - Documento Autorizativo de Intervenção Ambiental considerando aspectos estritamente técnicos, todavia, deverá ser encaminhado à Coordenadoria de Controle Processual da URFBio-Mt para que se proceda a análise jurídica do requerimento e, finalmente ser submetido à apreciação da URC Metropolitana.

#### 6. **COMPENSAÇÕES:**

- **Compensação por supressão de Mata Atlântica:**

No caso do presente empreendimento a área de intervenção passível de autorização em vegetação nativa caracterizada como Floresta Estacional Semidecidual Montana Secundária no estágio médio/inicial de regeneração natural é de 0,03301 ha (330,10 m<sup>2</sup>).

No que se refere à Compensação Florestal por supressão de vegetação nativa do bioma Mata Atlântica em estágio médio/inicial de regeneração, o requerente formalizou proposta de compensação florestal junto à URFBio Metropolitana em conformidade com o estabelecido na Portaria IEF Nº 30/2015, sendo a modalidade de compensação florestal adotada a instituição de servidão ambiental perpétua em uma área de 0,06602 ha.

De acordo com a proposta apresentada, a compensação será realizada no próprio terreno e, portanto atende também ao preceito de localização na mesma bacia hidrográfica.

A área foi vistoriada para verificação da extensão, localização, equivalência ecológica com a área suprimida, bem como outros aspectos inerentes à modalidade de compensação proposta. Acrescenta-se que os pontos vistoriados foram definidos com base na análise de imagens satélite do polígono encaminhado pelo empreendedor. Na seleção de pontos buscou-se amostrar a diversidade da vegetação local no tocante às fitofisionomias existentes, aos estágios sucessionais, à influência de áreas de borda, dentre outros.

O percentual a ser compensado conforme Art. 48 do Decreto Estadual 47.749/19 prevê que para cada hectare de supressão, a compensação florestal seja no mínimo o dobro da área suprimida. Assim, entende-se que a proposta atende tal exigência.

Para avaliação da equivalência partir-se-á da análise das áreas afetadas e proposta em termos fitofisionomias existentes e estágios sucessionais, conforme dados do PECF, sendo que a área proposta para compensação se encontra contígua à área de intervenção, portanto, possuindo as mesmas características e sendo assim, equivalentes.

Em análise aos estudos técnicos apresentados e juntados ao processo administrativo, considerando os aspectos técnicos descritos e analisados, bem como a inexistência de óbices técnicos no cumprimento da proposta de Compensação Florestal por intervenção no Bioma de Mata Atlântica, este Parecer opina pelo DEFERIMENTO da proposta de compensação florestal apresentada pelo empreendedor nos termos do PECF analisado.

O Termo de Compromisso de Compensação Florestal deverá ser averbado junto a matrícula do imóvel, atendendo a compensação florestal preconizada na Lei 11.428/2006, com área de 0,06602 ha (660,20 m<sup>2</sup>) no interior do imóvel com registro no cartório de imóveis de Brumadinho.

A apresentação de Termo de Compromisso de Compensação Florestal (TCCF) averbado em Cartório configura como condicionante a ser atendida previamente à entrega do DAIA.

**- Preservação de 30% prevista no artigo 31 da Lei 11.428/06:**

A propriedade encontra-se em loteamento aprovado **anteriormente** a publicação da Lei da Mata Atlântica. Ademais consta também a demarcação em mapa da área destinada à preservação ambiental prevista no artigo 31 da Lei da Mata Atlântica.

A área destinada à preservação ambiental corresponde a mais de 30 % da área com vegetação em estágio médio/inicial de regeneração natural, esta inserida e é coincidente com área considerada de preservação permanente pertinente ao curso d'água que limita a referida propriedade, e é equivalente a 0,05921 ha (592,10 m<sup>2</sup>). (36,8%)

A proposta apresentada define a preservação de 0,05921 ha, na área do empreendimento.

O Termo de Preservação deverá ser averbado à margem da matrícula do imóvel, após o julgamento deste Parecer pela URC Metropolitana.

A apresentação de Termo de Preservação averbado em Cartório configura como condicionante a ser atendida previamente à entrega do DAIA.

**7. CONDICIONANTES:**

**O documento Autorizativo para Intervenção Ambiental é válido mediante cumprimento integral das seguintes condicionantes:**

1) Contratar profissional competente e habilitado para execução dos serviços Prazo: Durante a intervenção; 2) Conciliar a execução da supressão da vegetação com a efetiva implantação do empreendimento, diminuindo o tempo de exposição do solo Prazo: Durante a vigência do DAIA; 3) Implantação de um sistema de drenagem na área do empreendimento Prazo: Durante a intervenção; 4) Adotar técnicas e procedimentos necessários à destinação adequada dos resíduos gerados durante a atividade Prazo: Durante a intervenção; 5) Dar destinação correta ao material lenhoso proveniente da supressão considerando o disposto no Decreto 47.749/19 Prazo: Durante a vigência do DAIA; 6) Manter conservadas e preservadas as áreas averbadas em regime de servidão para fins de compensação por intervenção no Bioma Mata Atlântica em Estágio Médio conforme termos de compromisso firmados assim como outras áreas protegidas, caso existam Prazo: Permanentemente;

**\*Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de concessão da Autorização para Intervenção Ambiental. \*\* A apresentação de Termo de Compromisso de Preservação averbado em Cartório configura como condicionante a ser atendida previamente à entrega do DAIA.**

( x ) COPAM / URC METROPOLITANA ( ) SUPERVISÃO REGIONAL

RESPONSÁVEL PELO PARECER TÉCNICO

Nome: Lívio Márcio Puliti Filho

MASP: 1021264-5

Data da Vistoria: 19/07/2020



Documento assinado eletronicamente por **Lívio Marcio Puliti Filho, Servidor**, em 18/11/2020, às 19:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **21951229** e o código CRC **4648B2B6**.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS

Processo nº 2100.01.0038462/2020-23

### **Controle Processual nº. 48/2020**

**Processo nº**09010000464/18

**Requerente:** Andreia Alves de Oliveira Meireles

**Propriedade/Empreendimento:** Retiro do Chalé, lote 15, Quadra 17

**Município:** Brumadinho/MG

#### **I - Do Relatório**

A requerente Andreia Alves de Oliveira Meireles formalizou em 19/07/2018 solicitação de para regularização intervenção de supressão de cobertura vegetal nativa, com destoca, para uso alternativo do solo, no município de Brumadinho/MG, para fins de edificação de residência unifamiliar.

O Parecer Técnico, constante do Anexo III, elaborado pelo analista ambiental do IEF, afirma o seguinte:

“É objeto deste parecer analisar a solicitação para supressão de cobertura vegetal nativa com destoca em 0,08 ha (800,00 m<sup>2</sup>), no Lote nº 15 da Quadra nº 17, situado à Alameda das Braúnas no Bairro/Condomínio Retiro do Chalé, zona urbana do município de Brumadinho/MG. É pretendida com a intervenção a supressão de cobertura vegetal nativa com destoca, para uso alternativo do solo a edificação de uma residência unifamiliar.

A Propriedade possui registro matricula nº 4535, Livro nº 2, folha 01, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Brumadinho/MG, datada de 13 de setembro de 1982, referente ao lote 15 da quadra 17 e possui área total de 0,1600 há (1600,00 m<sup>2</sup>) conforme registro e 0,16069 ha (1606,90 m<sup>2</sup>) conforme levantamento elaborado pelo Engenheiro Agrimensor Cláudio M. Alvarenga Capato, situada à Alameda das Braúnas, no Bairro/Condomínio Retiro do Chalé, zona urbana do município de Brumadinho/MG.

Está inserida no Bioma Mata Atlântica. A vegetação natural é classificada como Floresta Estacional Semidecidual Montana Secundária no ESTÁGIO MÉDIO/inicial de regeneração natural, com árvores nativas de pequeno e médio porte, sub-bosque em recuperação, com presença de serrapilheira fina e espécies como: angico, pau jacaré, mamica de porca, açoita cavalo, goiaba brava, camboatá, dentre outras.(conforme Inventário Florestal/Censo apresentado). Foi constatada a presença de curso d'água limitando os fundos do lote em questão.

De acordo com os estudos apresentados em relação à fauna, foi gerada lista da avifauna baseada na consulta dos trabalhos realizados na região do Quadrilátero Ferrífero, apresentou 317 espécies distribuídas em 60 famílias. A mais representada foi *Tyrannidae* com 43 (13,5%) espécies, seguida por *Thraupidae* com 21 (6,6%) representantes e *Trochilidae* com 20 (6,3%). As espécies foram categorizadas de acordo com o tipo de ambiente que preferencialmente habitam. Desta forma, as aves florestais e as generalistas foram as mais representadas, com 123 (38,8%) e 118 (37,2%) espécies, respectivamente. As espécies florestais obtiveram maiores número de registros, provavelmente em virtude de trabalhos pesquisados terem sido realizados em Unidades de Conservação que ainda apresentam fragmentos de mata preservados. Não foram relacionadas espécies da fauna ameaçadas de extinção.

(...)

A área requerida conforme requerimento para intervenção ambiental é de em 0,0800 ha (800,00 m<sup>2</sup>) visando a construção de residência unifamiliar.

Considerando a exigência de compensação pela supressão de vegetação nativa caracterizada como Floresta Estacional Semidecidual secundária em Estágio Médio/inicial de regeneração natural na proporção de 2:1 em relação a área de intervenção, a área passível de autorização é equivalente a 0,03301 ha (330,10 m<sup>2</sup>) de Floresta Estacional Semidecidual secundária em Estágio Médio de regeneração natural.

Segundo censo florestal não foi constatado a presença de espécies vulneráveis ou em perigo de extinção, conforme Portaria MMA nº 443/14 "Lista Nacional Oficial de Espécies da Flora Ameaçadas de Extinção".

(...)

Em se tratando do Art. 11 da Lei 11.428/2006, conforme os dados do levantamento da área do empreendimento, esta não abriga espécies da flora ameaçadas de extinção (Portaria MMA 443/2014), porém possui espécies especialmente protegidas, sendo compensadas através de proposta de plantio a ser realizado na área do empreendimento. Não exerce função essencial de proteção de manancial ou de prevenção e controle de erosões. Por tratar-se de área de expansão urbana e considerando a dimensão da área de intervenção, não há impacto significativo sobre corredores ecológicos, habitats naturais da fauna ou coloca em risco a sobrevivência de espécies ameaçadas. Não está localizada no entorno de Unidade de Conservação de Proteção Integral ou em área de excepcional valor paisagístico, assim declarada pelo poder público.

(...)

Após análise técnica e considerando a legislação vigente, somos PARCIALMENTE FAVORÁVEIS, a intervenção requerida, sendo passível de aprovação a área de 0,03301 ha (330,10 m<sup>2</sup>), de Floresta Estacional Semidecidual secundária em Estágio Médio/inicial de regeneração natural, e aproveitamento do material lenhoso proveniente desta intervenção, sendo 5,752 m<sup>3</sup> de lenha nativa a ser utilizado na propriedade.”

O processo se encontra instruído com toda documentação estabelecida na norma vigente.

## **II - Do Controle Processual**

O requerimento supracitado deverá ser analisado sob o comando da Lei Estadual nº 20.922, de 16 de outubro de 2013 que dispõe sobre as políticas florestal e de proteção à biodiversidade no Estado, Decreto Estadual nº. 47.749/2019 e da Lei da Mata Atlântica (Lei nº 11.428/2006)

A intervenção ocorrerá dentro do bioma Mata Atlântica, ressaltando a vegetação caracterizada como floresta estacional semidecidual montana secundária em estágio médio/inicial de regeneração.

De acordo com a lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006:

Art. 31. Nas regiões metropolitanas e áreas urbanas, assim consideradas em lei, o parcelamento do solo para fins de loteamento ou qualquer edificação em área de vegetação secundária, em estágio médio de regeneração, do Bioma Mata Atlântica, devem obedecer ao disposto no Plano Diretor do Município e demais normas aplicáveis, e dependerão de prévia autorização do órgão estadual competente, ressalvado o disposto nos arts. 11, 12 e 17 desta Lei.

Assim, podemos concluir pela possibilidade da supressão, devendo, porém, esta ser compensada, como dispõe o seguinte artigo da mesma lei:

Art. 17. O corte ou a supressão de vegetação primária ou secundária nos estágios médio ou avançado de regeneração do Bioma Mata Atlântica, autorizados por esta Lei, ficam condicionados à compensação ambiental, na forma da destinação de área equivalente à extensão da área desmatada, com as mesmas características ecológicas, na mesma bacia hidrográfica, sempre que possível na mesma microbacia hidrográfica, e, nos casos previstos nos arts. 30 e 31, ambos desta Lei, em áreas localizadas no mesmo Município ou região metropolitana.

Neste caso, haverá necessidade de compensação ambiental, conforme exigido pela Lei Federal nº. 11.428/06, visto que, a mesma não foi contemplada no âmbito do licenciamento do loteamento. Devendo o requerente providenciar e apresentar o Termo de Compromisso devidamente registrado.

Quanto à localização da intervenção e das propostas apresentadas, inequívoca é a sua conformidade nos termos dos artigos 17 e 32 da Lei 11.428/2006, haja vista que é possível verificar que as medidas compensatórias propostas pelo interessado serão realizadas na mesma bacia do empreendimento, conforme estudos técnicos apresentados e o presente parecer opinativo. Portanto, o critério espacial foi atendido.

No que se refere às características ecológicas, vislumbramos que as argumentações técnicas empreendidas, especialmente do estudo comparativo realizado, informados nos projetos executivos guardam conformidade com as aferições realizadas *in locu*.

Isto posto, consideramos que as propostas apresentadas no PECF não encontram óbices legais e técnicos. Com isso opinamos pela aprovação.

Cumpramos destacar que, sobre a garantia de preservação de vegetação nativa em estágio médio de regeneração, em um mínimo 30%(trinta por cento) da área total coberta por esta vegetação, será averbado no registro de imóveis,

mediante Termo de Compromisso pelo empreendedor.

Por se tratar de imóvel situado em área urbana, não se faz necessária averbação de reserva legal ou inscrição no CAR (art. 25 da Lei nº 20.922/2013).

Insta salientar que constarão no DAIA as condicionantes previstas no Anexo III. Quanto às medidas mitigadoras e compensatórias acompanhamos as medidas sugeridas no parecer técnico.

#### IV - Conclusão:

Diante disso, conclui-se pela possibilidade de regularização da intervenção ambiental, para uso alternativo do solo em 0,03301ha, objetivando a construção de residência unifamiliar, devendo ser observadas, para tanto, o atendimento das medidas mitigadoras e compensatórias constantes no Anexo III e no DAIA.

Belo Horizonte, 21 de setembro de 2020.

***Fernanda Antunes Mota***

Coordenadora de Controle Processual – URFBio Metropolitana

MASP 1153124-1



Documento assinado eletronicamente por **Fernanda Antunes Mota, Coordenadora**, em 21/09/2020, às 13:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **19620867** e o código CRC **77DC1FD8**.